

Heráclito: ministro será convidado a explicar critérios de asilo político

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Heráclito Fortes, disse que irá propor, após o recesso, que o ministro da Justiça, Tarso Genro, seja convidado a explicar por que o governo brasileiro decidiu conceder *status* de refugiado político ao italiano Cesare Battisti e recusou o mesmo a dois atletas cubanos em 2007, durante os Jogos Pan-Americanos. **4**

"Não se faz diplomacia com ideologia, e sim com bom senso", diz Heráclito, em crítica a Tarso Genro



Jonas Pereira

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

EDIÇÃO ESPECIAL ELETRÔNICA - Nº 17

Brasília, quinta-feira, 22 de janeiro de 2009

Fabio Rodrigues Pozzobon/ABr



Cristovam Buarque e Carlos Lupi (D), ambos do PDT, anunciam apoio à candidatura de Tião Viana (C)

Garibaldi desiste de concorrer à Presidência da Casa

Garibaldi Alves anunciou que não mais concorrerá à Presidência do Senado e manifestou intenção de apoiar José Sarney para o cargo. Conforme disse, a bancada do seu partido, o PMDB, não pode correr o risco de ver seu nome impugnado, por ele ocupar a Presidência. Também ontem seis partidos protocolaram, na Secretaria Geral da Mesa, pedido de registro da candidatura de Tião Viana. **3**

Senado publicará em braile edição atualizada da Constituição federal. **2**

Defesa prévia para contribuinte do IRPF

A Receita Federal pode ser obrigada a, antes de multar, comunicar ao contribuinte que a sua declaração anual do Imposto de Renda contém problemas passíveis de sanção. É o que determina projeto de Raimundo Colombo segundo o qual deverão constar, da comunicação, motivo e prazo para esclarecimento ou retificação. Hoje, a maioria das multas é aplicada sem que o declarante tenha direito a defesa prévia. O contribuinte muitas vezes desconhece por que foi multado, não tem familiaridade com a legislação, nem condições de contratar advogado. **4**

Mangabeira convida presidente do Senado para caravana pelo desenvolvimento do Nordeste

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu convite do ministro Mangabeira Unger, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, para participar de uma caravana pelo desenvolvimento do Nordeste. O grupo partirá amanhã da Bahia e seguirá para Alagoas, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Segundo o ministro, a caravana discutirá com os governadores, seus secretários e outras autoridades a situação local. Também serão conhecidas experiências exemplares no interior de cada estado. Mangabeira se disse entusiasmado com o lançamento de um grande projeto para o Nordeste. **2**



Garibaldi Alves (E) recebeu ontem o ministro Mangabeira Unger, que se disse entusiasmado com o potencial da região nordestina

Gerardo Mangella

CPIs da ONGs e da Pedofilia continuam

As duas CPIs tiveram prorrogado o prazo de funcionamento no segundo semestre de 2008. Ano passado, a CPI da Pedofilia apresentou quatro projetos com o objetivo de ampliar o combate a abusos contra crianças e adolescentes. Uma dessas propostas, transformada em lei, criminaliza a aquisição e posse de material relacionado à pornografia infantil. A CPI das ONGs deverá se concentrar este ano na investigação de convênios da Finatec (da UnB) com o governo do Piauí e com cinco prefeituras. Também deve investigar repasses do BNDES a entidades sem fins lucrativos. **4**

Além da Constituição atualizada, o planejamento para este ano inclui títulos inéditos para o Serviço de Impressão em Braille, como os códigos Penal Brasileiro, o Civil e o de Processo Civil. Mais entidades passarão a receber as publicações

Pessoas com deficiência visual contarão com novas publicações do Senado

A EDIÇÃO ATUALIZADA da Constituição brasileira para portadores de deficiência visual deverá ser lançada pelo Senado este semestre. O trabalho, já concluído, é uma das prioridades do Serviço de Impressão em Braille para 2009, de acordo com Paulo Brandão, que chefia o departamento subordinado à Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado. Ele explicou que a data de lançamento só será definida depois que os integrantes da nova Mesa diretora tomarem posse.

Primeira publicação em braille do Senado, em 1998, a Constituição para os deficientes visuais já foi atualizada oito vezes. Com cerca

de 500 exemplares em cada tiragem, distribuídos às instituições cadastradas na Seep, a edição em braille da Constituição é o marco das iniciativas da Casa para esse público. O Serviço de Impressão em Braille comemora 11 anos de existência em 29 de junho próximo.

Outro marco importante é que o Senado brasileiro, segundo Brandão, continua sendo o único entre os parlamentos do mundo a abrigar dentro das suas instalações departamento voltado especificamente para



O diretor da Gráfica Júlio Pedrosa (E), Paulo Brandão, Papaléo, Florian Madruga, Efraim, Garibaldi e revisores do jornal em braille

publicações em braille. Nos Estados Unidos, acrescenta, esse serviço é terceirizado.

Além da versão mais recente da Constituição, o planejamento das publicações em braille para este ano inclui títulos inéditos para o Serviço de Impressão em Braille, como os códigos Penal Brasileiro, o Civil e o de Processo Civil, todos atualizados. O público-alvo está sendo os profissionais e os estudantes do curso de Direito portadores de deficiência visual, que buscam essas obras inclusive para se

candidatar a concursos públicos. Eles terão acesso às publicações por meio das entidades cadastradas na Seep.

Cadastro

Brandão esclarece que este ano será feita uma revisão do cadastro, o que pode possibilitar a inclusão de novas entidades, que passarão a receber gratuitamente as publicações em braille do Senado, que já alcançam 45 títulos. Desse conjunto constam constituições estaduais de cerca de 12 unidades da Federação,

atendendo pleitos de vários senadores.

As instituições interessadas nesse rol de publicações, que inclui códigos como o de Defesa do Consumidor, estatutos como o do Idoso e o da Criança e do Adolescente, e leis como a Maria da Penha de combate à violência doméstica e a de Doação de Órgãos devem encaminhar ofício ao diretor-executivo da Seep, Júlio Pedrosa. A secretaria analisa a solicitação e, se for aprovada, é incluída no cadastro do Senado.

Mangabeira Unger anuncia caravana pelo Nordeste

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu ontem o ministro Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Mangabeira convidou Garibaldi a participar de uma caravana pelo desenvolvimento do Nordeste, que começa amanhã.

Discussão

De acordo com Mangabeira, a caravana parte da Bahia e passa por Alagoas, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Em cada um dos estados, segundo o ministro, serão realizadas discussões com os governadores e seus secretários, além de outras autoridades. Em seguida os participantes conhecerão experiências exemplares no interior de cada um desses estados.

– Estou entusiasmado com o potencial de um grande projeto de Nordeste. A verdade é que não temos tido no Brasil uma ideia forte a respeito do Nordeste. Não temos tido um grande projeto para a região desde Celso Furtado e João Goulart. Os governadores nordestinos estão muito coesos e a sociedade nordestina está numa grande expectativa em relação a isso – disse.

Ex-consultor legislativo da Casa toma posse como auditor do TCU

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participou ontem de sessão extraordinária do Tribunal de Contas da União (TCU) destinada a celebrar a posse do novo auditor do tribunal Weder de Oliveira.

Também estiveram presentes à cerimônia o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia; a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra; o advogado-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello; e o assessor da Presidência da Casa Florian Madruga.

A cerimônia, que foi dirigida pelo presidente daquela corte, ministro Ubiratan Aguiar, contou ainda com a presença de outros ministros e auditores do TCU, do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Rider Nogueira de Brito, e de outras autoridades.

Concurso

Weder de Oliveira, que tem 26 anos de vida pública, foi aprovado em concurso público constituído por provas de conhecimentos, habilidades e avaliação de títulos e

empossado em dezembro do ano passado. Nascido na cidade de Conquista (MG), em 2 de setembro de 1963, o novo auditor ocupava o cargo de consultor legislativo do Senado Federal.

Com a nomeação, o Tribunal de Contas da União passa a contar com quatro auditores, selecionados por meio de concurso público de provas e títulos. Quando necessário, os auditores do tribunal substituem os ministros, por motivo de férias, licenças e outras ausências.



Weder de Oliveira fala na sessão extraordinária em que assumiu o cargo

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Presidente do Senado diz que, apesar dos pareceres favoráveis, sua candidatura sofria questionamento jurídico que poderia trazer risco ao PMDB

Senador nega ter recebido oferta de cargo para sair da disputa

Após apontar dificuldades para manter sua candidatura à Presidência do Senado e declarar seu apoio a José Sarney (PMDB-AP), Garibaldi Alves Filho disse que espera ser lembrado para alguma função relevante na próxima legislatura.

Ele negou que tenha recebido oferta de cargo para desistir de concorrer à Presidência do Senado.

– Não vou votar de luto. Vou votar no Sarney – declarou.

Garibaldi disse que sua candidatura ficou “insustentável” após anúncio de que Sarney concorrerá ao cargo.

– É só uma questão de formalizar

a renúncia. Recebi apelo de alguns senadores para esperar a reunião da bancada [na próxima quarta-feira], mas não posso deixar de dizer que a candidatura ficou em situação insustentável, a despeito de todos os pareceres jurídicos favoráveis a ela.

Garibaldi afirmou que não se sente traído pelo PMDB, que chegou a indicar oficialmente o seu nome para presidir o Senado.

– Que fique bem claro para todos: o problema é que quero preservar a minha bancada. Não quero expor minha bancada a nenhum risco de sofrer questionamento jurídico – sustentou, referindo-se à possibilidade de ter a candidatura questionada por ser proibida a reeleição dentro da mesma legislatura.

O presidente do Senado admitiu, porém, que se sentiu exposto pela bancada – ao ter sido lançado candidato e depois ver surgir outro postulante do mesmo partido –, mas considera que essa exposição terminou sendo “benéfica para o PMDB”.

– Prestei um serviço, mas não estava guardando o lugar de ninguém. Eu era um candidato para valer – afirmou Garibaldi.

Na opinião do senador, os parlamentares opositores também optarão pelo nome de Sarney, que deverá disputar a Presidência com Tião Viana (PT-AC).

– Tião é muito qualificado, mas é representante do PT. O Sarney é da base de apoio ao governo, mas acho que é um nome que poderá ter uma atuação mais independente – avaliou.

Garibaldi disse ainda esperar que o próximo presidente abraça algumas bandeiras levantadas por ele. O parlamentar citou, por exemplo, as lutas por transparência do Senado, contra o nepotismo e contra o excesso de medidas provisórias.

“O Sarney é da base de apoio ao governo, mas acho que poderá ter uma atuação independente”



Garibaldi desiste de continuar no cargo após conversa de Sarney com o presidente Lula: “Há um certo risco jurídico”

Garibaldi apoiará Sarney para Presidência do Senado

EM ENTREVISTA À imprensa, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, anunciou ontem sua decisão de não mais insistir na candidatura à Presidência da Casa e a intenção de apoiar a candidatura de José Sarney (PMDB-AP) ao cargo. Garibaldi afirmou que não pretende expor a bancada do PMDB ao risco jurídico que sua eleição poderia representar.

– A esta altura, com Sarney dizendo que poderá ser candidato, fica difícil insistir na minha candidatura, porque há um certo risco jurídico, apesar de eu ter pareceres de juristas

renomados garantindo que seria possível. Mas a candidatura de Sarney não tem risco jurídico nenhum e tem uma viabilidade eleitoral igual ou maior. Acredito que a bancada optará por Sarney – disse Garibaldi.

O presidente do Senado referia-se ao fato de o Regimento do Senado vedar uma reeleição ao cargo dentro da mesma legislatura. Acrescentou, no entanto, que conta com vários pareceres determinando que esse não seria o seu caso, uma vez que foi eleito apenas para um “mandato tampão”, em substituição a Renan Calheiros

(PMDB-AL). Com base nesse argumento, ele poderia, portanto, concorrer à Presidência do Senado Federal no dia 2 de fevereiro.

A candidatura de Garibaldi chegou a ser formalizada pela bancada do partido em 17 de dezembro. Mas, após conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta semana, o senador José Sarney anunciou ontem sua intenção de também concorrer ao cargo.

A bancada do PMDB tem reunião marcada para a próxima quarta-feira a fim de discutir a situação.



Tião Viana, Carlos Lupi e Michel Temer se cumprimentam em ato na sede do PDT

Seis partidos pedem registro de Tião Viana como candidato

Líderes de seis partidos protocolaram ontem, na Secretaria Geral da Mesa do Senado, o pedido de registro da candidatura do senador Tião Viana (PT-AC) à Presidência da Casa. A eleição será na manhã do dia 2, quando

reabrem os trabalhos legislativos. Assinaram o documento os senadores Osmar Dias (PDT-PR), Ideli Salvatti (PT-SC), Renato Casagrande (PSB-ES), João Ribeiro (PR-TO), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e José Nery (PSOL-PA).

Candidatura do PT é irreversível, afirma Ideli

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que a candidatura de Tião Viana (PT-AC) à Presidência da Casa já está consolidada e “é irreversível”, mesmo com a entrada do senador José Sarney (PMDB-AP) na disputa e a saída de Garibaldi Alves.

A senadora considerou tar-

dia a candidatura de Sarney, mesmo porque, acrescentou, o ex-presidente negou várias vezes que concorreria ao cargo.

– A candidatura do Tião é de renovação e fortalecimento do Senado. Vamos para o embate, para o voto, com civilidade – disse.

De acordo com a senadora, “a recuperação da imagem do Senado e o fortalecimento da instituição” são os preceitos da candidatura de Viana.

Ideli também afirmou que o PT pretende honrar o acordo de apoio a Michel Temer na eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados.



Em entrevista, Ideli (E) diz que candidatura de Viana está consolidada e que partido apoiará Temer na Câmara

CPIs da Pedofilia e das ONGs continuam seus trabalhos

As comissões parlamentares de inquérito (CPIs), que movimentaram o Congresso em tempos recentes, tiveram em 2008 um ano de relativa calma. Apenas três foram aprovadas na Casa, sendo que uma delas não foi instalada – a dos Cartões Corporativos. As outras tiveram seu tempo de trabalho prorrogado: em agosto, a da Pedofilia foi prorrogada por 180 dias, e a das ONGs, em novembro, ganhou mais seis meses também.

A CPI da Pedofilia, presidida por Magno Malta (PR-ES), teve um ano muito produtivo. Apresentou, por exemplo, quatro projetos para atualizar a legislação no combate a esse crime. O PLS 250/08, já transformado em lei, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente para aperfeiçoar as formas de combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e criminalizar a aquisição e a posse desse material (Lei 11.829/08).

Já o PLS 126/08, em exame na Câmara, modifica o Estatuto do Estrangeiro para determinar a prisão preventiva de cidadãos de outros países para os quais haja pedido de extradição.

Outro projeto da CPI é o PLS 275/08, que criminaliza a conduta de quem se aproveita sexualmente de adolescentes expostos à prostituição, à exploração sexual ou ao abandono. De acordo com o texto, poderão ser presos os pais que induzirem seus filhos menores de 18 anos à prostituição e os proprietários ou gerentes de estabelecimentos comerciais onde ocorra essa prática.

O PLS 494/08 define a forma, os prazos e os meios de preservação e transferência de dados mantidos por fornecedores de serviço de informática a auto-

ridades públicas, para fins de investigação de crimes praticados contra crianças e adolescentes. A proposta está na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Além desses projetos, a CPI também conseguiu outros feitos importantes, como o acesso a milhares de álbuns fechados do portal de relacionamentos Orkut suspeitos de conter imagens de pornografia infantil. A abertura desses álbuns levou à identificação de mais de 500 pedófilos. Outra conquista foi um termo de cooperação para o fornecimento de dados sobre internautas investigados por pedofilia, assinado com as empresas TIM, Oi/Telemar e Brasil Telecom.

Já a CPI das ONGs, presidida por Heráclito Fortes (DEM-PI), deve se concentrar na investigação de contratos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) com o governo do Piauí e as prefeituras de Recife, São Paulo, Vitória, Fortaleza e Nova Iguaçu. Também quer investigar os repasses superiores a R\$ 50 mil feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a entidades sem fins lucrativos entre 1999 e 2007.



Magno Malta preside a CPI da Pedofilia: conquistas relevantes

Parlamentar vai requerer que Tarso Genro seja convidado para esclarecer à CRE por que o Brasil concedeu *status* de refugiado político a italiano condenado por quatro assassinatos



Heráclito Fortes questiona o fato de o governo não ter concedido igual tratamento a dois atletas cubanos, durante o Pan

Heráclito: ministro tem de esclarecer asilo a Battisti

O MINISTRO DA Justiça, Tarso Genro, “tem de explicar ao Brasil por que usa critérios ideológicos para conceder asilo” a estrangeiros que se dizem perseguidos em suas nações, afirmou ontem o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

O parlamentar reafirmou, em entrevista à imprensa que vai propor, logo após o recesso parlamentar, que o ministro seja convidado a esclarecer aos senadores por que o governo brasileiro decidiu conceder *status* de refugiado político ao italiano Cesare Battisti, condenado por assassinato em seu país, e recusou o mesmo tratamento a dois atletas cubanos, durante os Jogos Pan-Americanos do Rio, no ano passado.

– O ministro adota dois pesos

e duas medidas para suas decisões sobre concessão de asilo político. Ele ajudou a repatriar os dois atletas cubanos que haviam abandonado a delegação de seu país durante os Jogos Pan-Americanos. Será que eles não queriam asilo? Não se faz diplomacia com ideologia, e sim com bom-senso – disse.

O italiano Cesare Battisti, ex-membro do grupo de esquerda Proletários Armados para o Comunismo (PAC), foi condenado em seu país à prisão perpétua por quatro assassinatos nos anos 70. Ele foi preso em março de 2007 pela Polícia Federal brasileira, no Rio. Battisti nega que tenha cometido os homicídios e sustenta que não pôde exercer em sua plenitude o direito de defesa. Corre no Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido

de extradição de Battisti, feito pelo governo italiano.

No último dia 13, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, havia considerado a resolução do ministro da Justiça como “precipitada e até arriscada, por sua possível consequência diplomática em relação à Itália”.

A decisão de Tarso provocou reações tanto no Executivo como no Congresso da Itália. O governo italiano cobrou explicações ao embaixador do Brasil no país e o presidente da República, Giorgio Napolitano, enviou carta ao presidente Lula criticando a decisão e solicitando que ela seja reavaliada. Para o governo italiano, Battisti é um terrorista. No Senado daquele país, foram feitas sugestões de boicote a produtos do Brasil, como retaliação.

IR: senador quer garantir defesa ao contribuinte

O governo federal arrecadou, em 2008, R\$ 8,5 bilhões com multas e juros de impostos e de contribuições pagos com atraso. Desse total, R\$ 1,3 bilhão foi proveniente do Imposto de Renda Pessoa Física, como consta no Balanço Geral da União publicado anualmente pela Secretaria de Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. O problema é que a

maioria das multas é aplicada sem que o contribuinte tenha direito a defesa prévia.

Amparada em legislação de 1943, a Receita Federal segue a prática de “multar primeiro e perguntar depois”. Em raros casos o declarante apresenta uma defesa e, na maioria das vezes, desconhece por que foi multado, não tem familiaridade com a legislação e tampouco recursos para contratar um advogado.

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC) apresentou, no final de dezembro, projeto por meio do qual pretende obrigar a Receita Federal a, antes de multar, comunicar ao contribuinte que a sua declaração anual do Imposto de Renda contém problemas passíveis de multa ou outra sanção. Na comunicação, deverão constar motivo e prazo para esclarecimento ou retifi-

cação da declaração.

O caso mais comum, diz o senador, são dados incorretos fruto de cruzamentos de declarações. Por exemplo, um contribuinte inclui despesas médicas, mas a clínica correspondente não registra em sua declaração o recebimento daquela quantia. “Ou seja, o contribuinte é multado porque um terceiro descumpriu sua obrigação, embora ele próprio tenha agido em conformidade com as normas”, explica.

Com o projeto (PLS 493/08), o senador pretende acabar com a cultura de primeiro multar para depois cancelar o débito.

– Tudo isso gera injustiça e um sentimento de deslealdade do fisco para com o contribuinte, que é levado a pagar o que não deveria ou a incorrer em desgaste e ônus financeiro para se defender – lamenta.

Isenção de IPI na compra de veículo por agricultor familiar

Os veículos de carga adquiridos por agricultores familiares, bem como por suas associações ou cooperativas, poderão ficar isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conforme projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que será examinado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), possivelmente ainda neste semestre.

De acordo com a proposta (PLS 589/07), o agricultor familiar terá direito à isenção de IPI somente uma vez. O projeto determina ainda que a isenção será declarada nula, com eventual cobrança do imposto e demais acréscimos legais, caso o proprietário venda ou use o veículo – caminhão ou camioneta, por exemplo – em outras atividades.

Na justificativa da matéria, Crivella lembra que a agricultura familiar é responsável pela



Marcelo Crivella destaca papel da categoria na produção de alimentos

maior parte da produção nacional de feijão, mandioca, leite e de hortifrutigranjeiros. Por isso, observou, deve ser amparada com medidas que venham a incentivar o setor, como a que foi proposta por ele.

O relator do projeto na CRA é o senador João Pedro (PT-AC). Após ser analisada por esse colegiado, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em decisão terminativa.



“Maioria paga sem se defender”, argumenta Raimundo Colombo